



Edição

Julho 2024

SINDICATO NACIONAL DOS ENGENHEIROS, ENGENHEIROS TÉCNICOS E ARQUITECTOS (SNEET)

Boletim Sindical

News Letter



Presidente da Direcção

EDITORIAL

O mandato dos atuais Corpos Gerentes do SNEET está prestes a terminar e a atual Direção na sua reunião de 20 de Junho 2024 decidiu por unanimidade, recandidatar-se a um novo mandato 2024/2028.

Irão pois ser marcadas novas eleições para o mês de Outubro ou Novembro de 2024 de acordo com os Estatutos do Sindicato.

Num balanço do trabalho efetuado pelos atuais Corpos Gerentes poderemos concluir que no essencial foram cumpridos os principais objetivos desta Direção do SNEET nomeadamente:

- 1- Tirar o Sindicato da situação de grave crise financeira que atravessava, nunca se sabendo se haveriam fundos para pagar os salários e as responsabilidades financeiras do Sindicato.
- 2- Recuperar o prestígio do Sindicato, no pagamento de algumas dívidas graves, nomeadamente das dívidas à UGT através de um acordo com a central em que esta nos perdoou a grande dívida existente (30.000 euros) e acordou reduzir a quota paga a metade do seu valor tendo ficado em 250 euros mensais e estando atualmente em dia.
- 3- Foram retomadas as reuniões com a OET e relativamente à renda paga pelo Sindicato pelo uso das atuais instalações foi também reduzida a metade do seu valor tendo ficado também nos 325 euros mensais. Foi um grande ajuste

do valor e fica aqui o nosso reconhecimento à OET pelo esforço desenvolvido e pelo apoio dado ao Sindicato.

Foi também atualizado o Protocolo de Cooperação entre o SNEET e a OET, nomeadamente em relação à Formação Profissional.

- 4- Foi feito um grande esforço na Contratação Coletiva tendo o Sindicato subscrito dezenas de Acordos de Trabalho em Empresas e Setores de Atividade com aumentos salariais dos quadros e atualização das carreiras profissionais.

Foi com o esforço da FE-Federação do Engenheiros que grande parte da Contratação Coletiva foi desenvolvida e atualizada.

- 5- Foi concretizada a publicação do Boletim Sindical tendo sido publicados vários números ao longo do mandato.

Foi atualizada a página de Internet do Sindicato sendo uma forma de informação essencial da atuação do Sindicato disponível por todos os sócios.

- 6- Na sequência de uma reunião da Direção do SNEET com a Direção da Ordem dos Arquitetos foi decidido participar em duas realizações da Ordem dos Arquitetos para as quais fomos convidados pela OA uma organizada pela secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo que foi o 3º Encontro Nacional dos Arquitetos da Administração Pública em Oeiras no dia 13 de Maio tendo representado o SNEET o Eng Técnico Nuno da Câmara Pereira que fez uma intervenção sobre as dificuldades dos Engenheiros e Engenheiros Técnicos na Função Pública nomeadamente no que diz respeito às suas carreiras Profissionais que continuam bloqueadas nalguns casos. A outra realização foi em Coimbra organizada pela secção Regional do Centro da OA sobre a mesma temática onde participou em representação do SNEET o colega Eng Técnico Paulo Moradas que fez também uma importante intervenção em nome do SNEET. Ambas as intervenções foram muito elogiadas pelos presentes e pela Direção da AO.

- 7- Iremos continuar com estas colaborações que contribuem para divulgar o nome do Sindicato e explicar as suas posições sobre as nossas carreiras na Administração Pública e na sociedade em Geral.

- 8- Não foi concretizada a publicação da Revista estando neste momento a ser feito um esforço para publicar um número brevemente.

Claro que nem tudo foram rosas e ficaram muitos aspetos do Plano aprovado no Programa de Candidatura destes Corpos Gerentes por realizar e concretizar, mas tais aspetos menos positivos irão ser retomados e concretizados em novo mandato se para isso contarmos com o apoio dos Sócios.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

REUNIÃO DO SECRETARIADO DO SNEET

Convenções negociadas e fechadas até 31 de Maio 2024 Cofesint, Sneet, Sers e FE

CCT FENAME – Média de aumento da tabela geral de 6,5% e da tabela dos engenheiros de 4,6% e acrescentada de 1/3% da diferença da tabela I de ambos os casos (geral e engenheiros) para a tabela II a fim de acabar esta tabela I em 2025, com efeitos a 01.01.2024. Subsídios de refeição passa para 6€.

ACT – Altice- Actualização dos vencimentos base de todos os trabalhadores em- 1,6%;, acrescidos de 8 €, com um mínimo de 40€, sem prejuízo das actualizações que decorrem dos mínimos da tabela, um mínimo de 450 movimentos de evolução profissional até ao final de 2024.

CCT – ANIMÉE – aumentos de 4,5% (entre 60 e 138€) com efeitos a partir de 01.04.24 Sub refeição 7€.

ACT Grupo REN – 4,3% com efeitos a 01.01.2024, com mínimo de 95€ e 3% acima da tabela, aumento 5% subsídio alimentação (13,39€), aumento dos benefícios de energia, aumento das ajudas de custo em 5% (75,75€), outras c.e.p 4,3%, remuneração de antiguidade passa para 15,50€. Este ano não se publica nada.

ACT – EDP – aumento médio de 3,5% com efeitos a partir de 01.01.24, mudança nas carreiras com redução do prazo de passagem de letra

AE – CTT – aumento de 60€ por trabalhador nas remunerações base até 2.924,50€, actualização de tabela em 50€, Subsídio Refeição em 9,35€, vencimento mínimo na empresa 825 €, acordo complementar para admissão de 120 trabalhadores, com efeitos a 01.01.24

AE REPSOL – Acordo para 3 anos , fechado em 10/22 com + 4%

AC INDORAMA - Acordo para 3 anos -1,5%, 2% e 2%

AE SIDUL Açúcares – em negociação

CCT GROQUIFAR Farmacêutica – em negociação

AE LUSOSIDER – fechado em 18.02.23 com 5,2%

CCT GROQUIFAR Química – em negociação

CCT INDÚSTRIA FARMACÊUTICA – em negociação

AE BIOTEK/CELTEJO – fechado 02.23 com + 4%

CCT INDÚSTRIAS QUÍMICAS – em negociação

ACT PETROLÍFERAS - em negociação

AE PETROGAL – Aumento de 4,5% com o mínimo de 100,00€, efeitos a 01.01.24

AE ADP Fertilizantes – em negociação

CCT FAPEL – em negociação

AE TABAQUEIRA – em negociação

AE ENERFUEL – em negociação

CCT CP – até 960,00 aumento de 2,5% + 31€; de 960,00 a 1250,00€ aumento de 2,5% + 21€; de 1250,00 a 2023,00 aumento de 2,5% + 20€; superior a 2023,00 – 1,6%;

CCT INFRAESTRUTURAS PORTUGAL – aumento de 2% com efeitos a 01.01.23.

AECOPS (CCT) – Aumentos de 18% para os grupos de engenheiros, aumentos entre 60€ e 150€ para todos os trabalhadores, massa salarial aumentou 13,2%, subsídio de refeição passa para 6,50€ com efeitos a 01.01.2024. Os sindicatos tiveram de abdicar dos três dias de complemento de férias.

AE RTP – aumento de € 65,00 em todos os níveis salariais; Sub.Refeição 7,30€ e 12,50€ nos locais sem restaurante ou em serviço externo

AE Casa da Moeda - aguarda resposta ao pedido de adesão

AE / CARRIS – aumento de 70,00€ a todos os trabalhadores com efeitos a 01.01.23

AE / METRO – aumento de 2,8% para todos, prolongamento da vigência do AE até 31.12.2030

AE / TAP – Aumento da tabela de 8%, atribuição de IHT de 3% durante dois anos. Suplemento técnico entre 200 e 500€ por mês pagos 14 vezes, aumento do período normal de trabalho de 7,5 para 8 horas.



Resolução do Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 27 de junho de 2024

BRUXELAS RECONHECE FIM DOS DESEQUILÍBRIOS MACROECONÓMICOS EM PORTUGAL.

É FUNDAMENTAL APROFUNDAR A ESTRATÉGIA DE REFORÇO DOS SALÁRIOS, RENDIMENTOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

A Comissão Europeia retirou Portugal da lista de Estados-membros com desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

Após anos de alertas, mas também após anos em que a trajectória de Portugal revelava estarmos no caminho da consolidação orçamental, tendo saído do Procedimento por Défices Excessivos em 2017, é reafirmado o que a UGT sempre afirmou que era não apenas possível, mas imperioso.

O crescimento económico, o aumento da competitividade (com Portugal a ser noticiado como tendo ultrapassado a Espanha no ranking do IMD International Institute for Management Development - World Competitiveness Center) e elevados níveis de emprego não são incompatíveis, antes beneficiam, de um contexto de dignificação do trabalho e de aumentos salariais reais e significativos.

O crescimento económico acima da média da UE e a passagem a uma situação de excedente orçamental são indicadores de que é necessário prosseguir com a trajectória que o Acordo de Médio prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade veio corporizar.

Os relatórios e as recomendações do Semestre Europeu devem reflectir, de forma mais clara, o que as organizações internacionais reconhecem já há algum tempo.

Não deixamos de ter sinais preocupantes no nosso mercado de trabalho, reconhecemos que parte do desempenho das contas públicas se deveu a uma elevada carga fiscal, sobretudo sobre quem trabalha, e seguimos atentamente a situação dos nossos parceiros europeus, nomeadamente quando países como a França, a Itália ou a Polónia irão ver abertos procedimentos por défices excessivos.

Não deixamos de defender que a consolidação orçamental, a manutenção de uma redução sustentada do défice e da dívida, são essenciais para um país economicamente mais sustentável e socialmente mais justo.

Mas nem as instituições europeias devem esquecer os progressos realizados, aplicando as suas fórmulas sacramentais de forma cega a todos os países e esquecendo os impactos das suas decisões nos cidadãos europeus, como não pode o Governo português fechar os olhos aos problemas vivenciados.

A UGT saudou o acordo dos professores, que possibilitou a recuperação do tempo de serviço congelado, repondo justiça onde ela não existia há muitos anos.

A UGT tem registado os planos apresentados – e que espera que se concretizem em medidas a serem implementadas – para áreas fundamentais, como a Saúde, ou para a resolução de problemas prementes, como a Habitação.

A UGT partilha das preocupações de Bruxelas sobre a prioridade económica e social que deve constituir a execução do PRR, apesar de continuarmos bem colocados no panorama europeu.

Mas é necessário ir mais longe.

É necessário reforçar o olhar sobre as necessidades de quem trabalha e, aqui, não deixámos de considerar que as propostas em sede de redução fiscal ficaram aquém do desejado e aquém das expectativas geradas por votos de um “choque” fiscal.

E, num momento em que realizamos o seu balanço em sede de Concertação Social, a UGT reafirma a importância do Acordo de Médio prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, como aliás do Acordo Plurianual da Administração Pública.

As premissas iniciais de reforço salarial em contexto de crise e de correcção das desigualdades e insuficiências na distribuição de riqueza das últimas décadas permanecem válidas.

Os objectivos ainda não estão cumpridos. Ainda não convergimos com a UE - de forma sólida - no peso dos salários na riqueza gerada e estamos a meio caminho de uma meta de crescimento de 20% dos salários até 2026.

Não é o regresso a reformas laborais constantes que irá potenciar a economia e a dinamização da negociação colectiva.

Não é o abrandamento do ritmo de aumento do salário mínimo e dos demais salários, sempre uma tentação à medida que a inflação desacelera, que irá potenciar o crescimento económico e a competitividade.

É a manutenção e o aprofundamento de uma estratégia - de que os Acordos assinados são parte fundamental - e que tem dado resultados, visíveis até para as sempre cétricas instituições europeias.

A UGT está, como sempre esteve, aberta para discutir, visitar e actualizar o Acordo de Médio Prazo, conforme estabelecido desde a primeira hora.

Os demais parceiros sociais subscritores têm reiterado o seu compromisso com o Acordo, o que saudamos.

Verificamos hoje um cenário de algum abrandamento económico, ainda que a crescer acima dos nossos parceiros europeus, e uma inflação em desaceleração.

Mas não podemos deixar de registar que 2023 excedeu, nesses indicadores, os resultados que sempre se anteciparam, o que não deixou de se reflectir – devido ao Acordo - nos salários, e que a nossa produtividade continua a subir, enquanto a Europa regride.

Mais, as instituições internacionais estão a rever em alta as expectativas de crescimento para a Zona Euro e para a Europa, com uma tendência de recuperação que não deixará de beneficiar Portugal.

Temos assim condições para reforçar as metas, indicadores e referenciais do Acordo firmado em CPCS.

Temos condições para cumprir e reforçar os objectivos de correcção da não distribuição da riqueza verificada no passado e para acelerar a trajectória de convergência com a UE.

E temos condições para uma negociação com a confiança política dada, mais uma vez, em sede de Concertação Social, com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a deixar clara a vontade deste Governo de, na ausência de novos compromissos, respeitar plenamente os acordos tripartidos existentes.

UGT SAÚDA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROJECTO-PILOTO “SEMANA DE 4 DIAS EM PORTUGAL”

A UGT saúda a apresentação do Relatório Final do Projecto-Piloto da Semana de 4 dias, que ocorre hoje, dia 27 de Junho de 2024.

Uma Semana de 4 dias - concebível apenas no modelo proposto, com redução da jornada de trabalho e sem redução de salário – indicou ter já, por via da experiência realizada e apesar das limitações da mesma (universo reduzido, aplicação apenas ao sector privado), muitas das virtualidades que lhe eram atribuídas e permitiu até, de forma porventura menos esperada, constatar a sua maior abrangência potencial a um alargado conjunto de sectores.

Aumentos de produtividade, benefícios para uma mais efectiva conciliação entre as vidas familiar, pessoal e profissional, elevadas perceções de bem-estar laboral são factores que, associados a uma redução da jornada de trabalho, dão um contributo significativo para a dignificação do trabalho, sobretudo num contexto de acelerada mudança, de rápidas transições e de uma elevação crescente dos ritmos de trabalho.

Para a UGT, este estudo pode e deve constituir um ponto de partida para uma discussão sobre esta e outras matérias relativas à organização e duração do tempo de trabalho, incluindo a redução da jornada de trabalho.

Uma discussão que se deve verificar, de forma tripartida, em sede de Concertação Social, mas igualmente, e em primeira linha, em sede de negociação colectiva, enquanto meio mais adequado para garantir a maior adequação da experiência adquirida às realidades específicas de sectores e empresas.

LIVRO VERDE SOBRE O FUTURO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. POR LUGARES DE TRABALHO SEGUROS E SAUDÁVEIS.

O Livro Verde sobre o Futuro da Segurança e Saúde no Trabalho foi objecto de apresentação na reunião de Concertação Social de 26 de Junho de 2024.

Não podemos deixar de reforçar a importância que conferimos a esta iniciativa, promovida pelo anterior Governo, de proceder à elaboração de um Livro Verde do Futuro da SST, necessidade que indiscutivelmente se impõe pelos desafios colocados pelo progresso tecnológico e pelo evidente impacto das novas formas de prestação e organização de trabalho.

É indiscutível que o trabalho e os locais de trabalho estão em constante mudança, trazendo profundas alterações na forma como o trabalho é organizado. A digitalização, a globalização, as mudanças demográficas, as alterações ambientais e climáticas têm um impacto profundo na sociedade e no mercado de trabalho.

Igualmente a UGT se revê nesta necessidade imperativa de *“olhar para o futuro”*, na medida em que, além de continuarmos a reivindicar a implementação de políticas efetivas de Segurança e Saúde nas empresas e nos locais de trabalho e de continuarmos a reforçar a ação dos nossos sindicatos nesta matéria, temos necessariamente de continuar a promover, junto das nossas estruturas, das trabalhadoras e trabalhadores, uma reflexão profunda sobre os efeitos da introdução crescente de novas tecnologias e das novas formas de trabalho nas condições de Segurança e Saúde no Trabalho.

A UGT está certa desta necessidade de ser apresentado um diagnóstico sobre pontos estruturantes que carecem de clara intervenção e da necessidade do sistema nacional de prevenção de riscos profissionais seja dotado de capacidade de resposta para fazer face aos desafios emergentes, tendo em vista a promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

É nossa expectativa que este Livro Verde trilhe esse caminho e que venha contribuir para a garantia do princípio fundamental de todas as trabalhadoras e trabalhadores terem um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Esperamos que as medidas e recomendações sinalizadas venham contribuir para a redução consistente dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, por via de uma maior eficácia das políticas públicas e do desenvolvimento de mecanismos efectivos de planeamento e gestão da SST nas organizações e em que o diálogo tripartido continue a ser uma premissa fundamental na promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Nesse sentido, a UGT considera muito positiva a decisão de criação de um grupo de trabalho tripartido em sede de concertação social, assumida na reunião de 26 de Junho, com vista à discussão do Livro Verde e sobre os caminhos e recomendações nele apontados, enquanto base para a construção de futuros compromissos.

UGT SAÚDA A ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

No passado dia 21 de Junho, foi eleito na Assembleia da República o Dr. Luís Pais Antunes como novo Presidente do Conselho Económico e Social.

A UGT não pode deixar de saudar a sua eleição, fortemente fundada na sua experiência e conhecimento, atento o exercício de funções diversas, desde a de governante com papel relevante no diálogo social tripartido até à de arbitro-presidente nas arbitragens realizadas no âmbito do CES.

A UGT está certa que este será um mandato pautado pelas marcas distintivas que revelou no passado: o profundo conhecimento da realidade do Conselho Económico e Social e o pleno respeito pelas competências e autonomia da Comissão Permanente de Concertação Social.

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 27 de junho de 2024

www.sneet.pt

SINDICATO NACIONAL dos ENGENHEIROS, ENGENHEIROS TÉCNICOS e ARQUITETOS



Seja membro do SNEET
A força da união

Inscriva-se já e garanta

- › **Formação** Profissional gratuita e a preços especiais para os sócios
- › **Apoio jurídico** permanente na área laboral
- › **Carreira** Técnico Superior, Chefias da Administração Pública, Carreiras Profissionais e Enquadramentos nas Empresas
- › Negociação de **Vencimentos**
- › Bolsa de **Emprego** e colaboração na procura do primeiro emprego junto das Empresas
- › **Defesa** dos interesses dos associados junto das Empresas e da Administração Pública (central, regional e local)
- › **Descontos** em todos os tipos de acordos feitos nas organizações onde o SNEET está filiado (assistência médica, unidades hoteleiras, combustíveis etc.)
- › Distribuição de **Informação** gratuita através do Boletim Sindical, da revista técnica "ENGENHO" e da agenda anual
- › Apoio na Celebração de **Contratos** Individuais de Trabalho

A quota é dedutível no IRS em 150% do seu valor anual.

O Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitectos (SNEET), foi criado em 1942 e é uma associação sindical constituída segundo os preceitos constitucionais e as bases das associações sindicais reguladas pela legislação em vigor. Tem como principal função a defesa dos interesses dos seus associados junto das empresas e administração pública (central, regional e local).